

# **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

## **PROJETO DE LEI Nº 10.657, DE 2018**

Tipifica o crime de fraude em obra ou serviço de engenharia.

**Autor:** Deputado VANDERLEI MACRIS

**Relator:** Deputado KIM KATAGUIRI

### **I - RELATÓRIO**

A proposição epigrafada tipifica o crime de “Fraude em Obra ou Serviço de Engenharia”, definindo-o como a obtenção de vantagem ilícita, em prejuízo da administração pública, mediante sobrepreço ou superfaturamento de obra ou serviço de engenharia e cominando pena de reclusão de 4 a 12 anos, além de multa.

A Justificação da proposta consigna que ainda perdura no País, apesar de todas as investigações promovidas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, a prática da corrupção, mediante superfaturamento de obras públicas. Devido à dificuldade de, em algumas situações, enquadrar a conduta como corrupção ativa, conviria criar um tipo penal específico, nos termos da proposição.

O Projeto foi distribuído à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, ambas competentes para apreciar o mérito da proposta. Por se tratar de proposição sujeita, necessariamente, à apreciação do Plenário, não foi aberto prazo para recebimento de emendas por este Colegiado.

## II - VOTO DO RELATOR

A despeito das estarrecedoras revelações reiteradamente trazidas a público por investigações promovidas pelos Poderes Judiciário e Legislativo, não se conseguiu erradicar a prática da corrupção por meio do superfaturamento de obras públicas. Impõe-se, então, adotar novas medidas que viabilizem um combate mais efetivo desses crimes que subtraem ao erário recursos que deveriam ser utilizados para aprimorar e ampliar os serviços prestados à população, notadamente os de saúde, educação e segurança.

Diante da dificuldade de, em determinados casos, enquadrar a conduta lesiva como crime de corrupção ativa, convém tipificar o crime de “fraude em obra ou serviço de engenharia”, fixando pena ainda mais severa do que a cominada para o ilícito penal recém mencionado.

Pelo exposto, voto, no mérito, pela integral aprovação do Projeto de Lei nº 10.657, de 2018.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

Deputado KIM KATAGUIRI  
Relator